



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARIA VITÓRIA VERAS DOS SANTOS

“DESDE JOSUÉ A HISTÓRIA DA PALESTINA É A HISTÓRIA DE ISRAEL”
narrativas e representações: a criação do Estado de Israel nos periódicos brasileiros
(1947-1948)

**PARNAÍBA
2025**

MARIA VITÓRIA VERAS DOS SANTOS

“DESDE JOSUÉ A HISTÓRIA DA PALESTINA É A HISTÓRIA DE ISRAEL”
narrativas e representações: a criação do Estado de Israel nos periódicos brasileiros
(1947-1948)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Universidade Estadual do Piauí,
Campus Professor Alexandre Alves de
Oliveira, como requisito para obtenção do
grau de Licenciatura Plena em História,
campus Alexandre Alves de Oliveira.

Orientador(a): Dr. Fernando Bagiotto Botton.

PARNAÍBA
2025

“DESDE JOSUÉ A HISTÓRIA DA PALESTINA É A HISTÓRIA DE ISRAEL”
narrativas e representações: a criação do Estado de Israel nos periódicos brasileiros
(1947-1948)

Maria Vitória Veras dos Santos
Orientação: Prof. Dr. Fernando Bagiotto Botton

RESUMO

O presente trabalho visa analisar de que forma se deu a veiculação das notícias acerca da criação do Estado de Israel em alguns jornais brasileiros: Diário da Noite (SP), Correio Paulistano (SP), Diário da Noite (RJ), Correio da Manhã (RJ) e Diário de Pernambuco (PE), disponíveis na Hemeroteca Digital, acervo da Biblioteca Nacional, considerando ocorrências diretas adequadas ao tema, periodicidade das publicações, estado de conservação das páginas e circulação. Buscamos analisar também como o sionismo era transmitido e quais os posicionamentos dos periódicos, ou mesmo se é possível “encaixá-los” em algum discurso, quais espaços, representações e narrativas foram evidenciadas e/ou defendidas pela mídia e seus agentes. Além disso, pretende-se discorrer sobre as narrativas principais que rodeiam a questão: a suposta legitimidade histórica (religiosa) e a noção dos imigrantes colonizadores que levam a civilização ao povo da Palestina.

Palavras-chave: Israel. Palestina. narrativa. comunicação. periódicos

Introdução: Contexto histórico e política externa brasileira

Entender a questão Israel-Palestina pode parecer confuso e complexo no início (com razão), mas como toda história, a do conflito deve ser entendida com base em sua história, cultura e população. Para isso, precisa-se primeiramente entender *onde* está localizada, *como* funcionava e *porque* se encontra nesta situação. Com o desafio principal para compreensão sendo a concomitância de tensões e eventos decisivos envolvendo o território da Palestina em um curto período (1917- 1948)¹, veremos adiante uma breve explicitação desta miríade de acontecimentos-chave.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) e a dissolução do Império Otomano, as potências ocidentais vitoriosas da guerra - Inglaterra e França - dividem o território em mandatos, ficando a parte ao norte com a França (atual Síria e Líbano) e a sul com os ingleses (atuais Jordânia, Iraque e Israel e os territórios ocupados palestinos). O movimento sionista,

¹ Ver mais sobre o contexto histórico da Palestina em: SAID, Edward W. *A questão Palestina*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

bem como a Agência Judaica (AJ), possuíam enorme influência dentro dos governos desses mandatos, em especial o britânico. (Schiocchet, 2011; Gomes, 2001).

É válido lembrar que durante a grande guerra, o império britânico se correspondia tanto com os árabes quanto com os judeus para ajudar a minar o Império Otomano “de dentro” - os árabes correspondiam a maioria da população do Império - sendo para estes prometidos a criação de um estado árabe e de um estado judeu, sem que nenhum dos dois grupos soubesse da concomitância da promessa durante a guerra. (Gomes, 2001).

O apoio oficial da Inglaterra veio já próximo ao fim da guerra, em 1917 uma correspondência do governo britânico com o Barão de Rothschild, membro de uma influente família britânica judia, foi um documento onde o secretário britânico dos Assuntos Estrangeiros Arthur James Balfour prometia - em nome da Inglaterra - a implementação de um Estado judeu na Palestina e se comprometia a tornar essa implementação viável. Como consequência ao apoio do governo ao projeto sionista, no mandato britânico da Palestina, o que acontecia na prática era uma estrutura de *paraestado* - ou seja, uma entidade que opera paralelamente ao Estado - judeu e sionista já antes de 1947, data da Resolução 181 da Assembleia Geral, em que se dividiu a Palestina em um Estado judaico (Israel) e um árabe (Palestina).

O nacionalismo característico do século XVIII e XIX na Europa teve também sua influência entre os judeus que viviam em diáspora pelo continente, decorrente do antisemitismo predominante principalmente na Europa Oriental (Gomes, 2001). O sionismo é o termo utilizado para se falar no nacionalismo judaico, em especial o sionismo moderno, que é fruto do contexto de florescimento dos nacionalismos europeus e colonialismos na Ásia e África (Anderson, 2008) e tem como seu patrono Theodor Herzl. A Palestina é a terra objeto de desejo do sionismo, dentre outras atribuições, por ser o local de origem mitológica do judaísmo. E como Edward Said ressalta:

A Palestina sempre teve um papel especial na imaginação e na vontade política do Ocidente, que é também onde, por comum acordo, o sionismo moderno se originou. A Palestina é um lugar de causas e peregrinações. Foi o prêmio das Cruzadas, assim como o lugar cujo próprio nome (e sua infinita renomeação histórica) tem uma importância doutrinária. Como eu disse anteriormente, chamar o lugar de Palestina e não de Israel ou Sião já é um ato de vontade política. (Said, 2012, p. 49, grifo nosso).

Porém, a Palestina já se encontrava ocupada por populações majoritariamente árabes e os sionistas tinham plena noção do inconveniente fato. Era composta por uma grande maioria

muçulmana sunita, com uma minoria expressiva de cristãos, muçulmanos xiitas e drusos, sendo a grande maioria da população ligada à agricultura e à vida rural (Said, 2012).

Ambos os autores citados, Rashid Khalidi e Edward Said, concordam e ressaltam o fato de os palestinos conviverem com diversos colonialismos simultaneamente ou de forma seguida: Império Otomano, tendo sua queda após a Primeira Guerra, mais especificamente em 1922. A partir de então a região fica sob jugo dos britânicos, que com base jurídica na Declaração Balfour irão fornecer poder e proteção para o movimento sionista formar um Estado paralelo na região, fazendo com que os dois colonialismos - britânico e sionista - estejam presentes na Palestina de forma simultânea.

Obviamente, a população não foi passiva quanto aos acontecimentos. A “Reconstrução” ou “Reconstituição” de Israel, assim como o apoio da Inglaterra expresso na correspondência do secretário e de Rothschild, resultou em muitas resistências nativas contra o(s) colonialismo(s). Sobre a população nativa e a Declaração Balfour, Said ressalta:

No entanto, a “reconstituição” ou “reconstrução” implica inequivocamente que a configuração da Palestina – que incluía centenas de milhares de árabes– deveria ser dissolvida (como ou onde isso deveria ocorrer não está muito claro), para que em seu lugar surgisse um novo Estado judeu. O tom dessas declarações deixa de fora qualquer referência explícita ao fato, sem dúvida nenhuma inconveniente, de que o país já estava constituído (ainda que como colônia) e era bastante improvável que seus habitantes ficassem satisfeitos que ele fosse “reconstituído” por uma nova força colonial. Mas as declarações em si são corretas: a Palestina foi reconstruída, reconstituída, restabelecida. (Said, 2012, p. 16).

Após a Declaração Balfour, o sionismo ganhou ainda mais força e se consolidou dentro da estrutura do mandato britânico, havendo então grande esforço do movimento, em especial na forma institucional da Agência Judaica, para o aumento populacional judaico na Palestina após 1917.

Já antes da Declaração, colonos judeus migraram para a região, compravam terras e contratavam mão de obra (judaica apenas) para esses assentamentos, como os conhecidos *kibutz*² (Said, 2012). A questão da imigração sempre foi um dos grandes objetivos dos sionistas para a fundação de um Estado, estimulado por meios de propaganda e financiamento através da Agência Judaica. Após Balfour, os fundos da Agência ganham corpo e toda a estrutura do projeto sionista em si ganhou cada vez mais adesão (e dinheiro), o que ocasionou no aumento da colonização - e do financiamento das imigrações - e suas consequências para a

² *Kibutz* ou *Kibutzim* são grandes fazendas coletivas que têm como base a distribuição igualitária de recursos. (Said, 2012)

população nativa, que não é de forma alguma passiva aos eventos, como é possível constatar com a Grande Revolta Árabe de 1936-1939, gerada por consequências da insatisfação popular quanto aos esforços coloniais sionistas e a expulsão dos árabes palestinos de suas terras.

Não sem grande esforço, a revolta foi contornada pelos britânicos, que procuraram resolver a questão anunciando o Livro Branco de 1939, documento em que trouxeram algumas limitações sobre o colonialismo sionista na Palestina, entre elas está principalmente a questão da imigração. Foi um evento que aborreceu muito os sionistas e travou em demasia um dos pilares do processo de “Reconstituição” de Israel, a questão da quantidade populacional.

A partir daqui, o *paraestado* judaico vai aumentar as sabotagens e pressões sobre o mandato britânico, principalmente os grupos armados como a *Haganah*, *Irgun* e *Stern (Lehi)*. Enquanto isso, ocorriam tensões político-econômicas na Europa e com ela o avanço do nazismo e seus ideais antisemitas na Alemanha. Com a ascensão de Hitler ao poder como chanceler em 1933, a emigração judaica da Europa aumenta consideravelmente, o que culminou na Revolta Árabe, já mencionada.

É neste período que ocorre mais uma transição de poder na região. Se após 1918 o império britânico dominava a região, agora a potência ocidental é outra: os Estados Unidos irão entrar de vez na questão médio oriental (e não sair mais). Durante a Segunda Guerra houve uma mudança de poder ocidental interventor no Oriente Médio, com os Estados Unidos estabelecendo bases militares que estão ainda hoje na região, o que mudaria muito a questão Palestina, pois os sionistas desde cedo fariam da criação de Israel (e sua defesa) uma política dos Estados Unidos que em pouco tempo teve seu apoio a causa sionista bem fundado nos ideais políticos e na opinião pública nacional.

Um ponto-chave desse realinhamento no poder político mundial foi o Programa Biltmore, uma conferência sionista realizada no hotel de mesmo nome em Nova Iorque. Durante a conferência, foi dito pela primeira vez, de forma mais explícita, o desejo do movimento de transformar *toda* a terra Palestina em um Estado judeu. (Khalidi, 2024).

A articulação sionista, anteriormente feita com a antiga potência colonial (Inglaterra), se deslocara; agora, o maior aliado do sionismo seria a nova potência mundial - os EUA - que abraçavam cada vez mais as pretensões sionistas. Como consequência dessas articulações diplomáticas e oficiais, e também dos capítulos finais da Segunda Guerra, tem-se a formação da Comissão de Inquérito Anglo-Americana de 1946, uma entidade estabelecida pelos governos britânico e estadunidense para discutir a situação e destino dos sobreviventes judeus resgatados dos campos de concentração nazistas no pós-guerra (Khalidi, 2024).

A política externa brasileira

O Brasil se manteve historicamente neutro quanto à questão Palestina e Israel, tomando geralmente uma postura conciliadora (Casarões; Vigevani, 2014). A partir de 1947, na Resolução 181, que dividia a Palestina histórica em dois estados, o país se posicionou por defender a chamada “solução dos dois estados”, fazendo valer a palavra da Liga das Nações e, com isso, condenando a ocupação ilegal dos territórios palestinos pelo estado sionista.

O Brasil prezou pela equidistância; irá defender as fronteiras israelenses e também o estabelecimento do Estado palestino desde antes de 1947 (Resolução 181), tendência que ganhou o apoio não só brasileiro, mas mundial, somente após a Guerra dos Seis Dias em 1967, quando Israel adentrou e ocupou os territórios da Palestina dividida. (Casarões; Vigevani, 2014, p. 153).

Para além da questão da região palestina, o Itamaraty - nome popular do Ministério das Relações Exteriores - segue as grandes potências mundiais em suas relações diplomáticas, independente da posição do governo no espectro político, essa decisão de posicionamento diplomático se mantém muito sólida. A distância da diplomacia brasileira com o Oriente Médio só se encerra quando entra em conflito com o Direito Internacional, como no pós Segunda Guerra e na Guerra dos Seis Dias.

No que se refere à postura diplomática do pós Segunda Guerra, a independência e a busca por autodeterminação de vários países da região da África e da Ásia influenciaram diretamente nessas questões. O Brasil além de ser um país chave na Resolução 181 da Assembleia Geral, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, também teve participação chave na Resolução 194 que previa a criação da Comissão de Conciliação para a Palestina como consequência do armistício assinado entre Israel e Egito, Síria e Jordânia após o conflito em 1948 logo após a declaração de “independência” de Israel. O que mais uma vez mostra a política externa brasileira como um agente que preza ser visto como o conciliador.

Durante o período pesquisado de 1947-1948, com o presidente sendo o General Eurico Gaspar Dutra, o Brasil assumia uma postura abertamente anticomunista, antissoviética e altamente influenciada pela política externa e interesses estadunidenses, políticas estas já implantadas na época do Estado Novo. Mesmo com a maior abertura política, os ideais anticomunistas e antissoviéticos continuavam dando o tom da política brasileira, sendo até mesmo fortalecidos, pois a aproximação entre Brasil e Estados Unidos foi maior com Dutra do que durante o Estado Novo. Porém, apesar do flerte governamental com Washington, a diplomacia brasileira foi pragmática e equidistante, além de conciliadora, principalmente em

situações vistas como conflituosas e difíceis de se debater, como foi o caso da Palestina. O ativismo multilateral brasileiro não era exclusividade das relações externas com o Oriente Médio (Casarões; Vigevani, 2014). No artigo com que o presente trabalho dialoga, os autores ainda citam que:

A análise das correspondências diplomáticas entre Aranha, que chefiava a missão brasileira nas Nações Unidas, e Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do governo Dutra entre 1947 e 1951, sugere que o Brasil não possuía uma linha pré-concebida de atuação internacional com relação àquela região em geral, ou especificamente à questão palestina. Em telegrama sobre a posição oficial brasileira, a Secretaria de Estado afirmava: “não devemos tomar partido na questão da Palestina, ‘que só nos interessa muito remotamente’. Por isso, a Delegação do Brasil junto à Assembléia Geral da ONU foi instruída no sentido de procurar uma solução de compromisso, aceitável para ambas as partes em litígio”. (Casarões; Vigevani, 2014, p. 155).

Ou seja, apesar do anticomunismo do governo brasileiro e da adesão clara aos Estados Unidos, na política externa o governo quase sempre prezou pelo equilíbrio na intermediação de conflitos, evitando se fechar para o mundo árabe ou sendo enfaticamente pró sionista como os Estados Unidos.

Metodologia, periódicos analisados e tópicos trabalhados

O interesse pela pesquisa se deu por interesse pessoal e acadêmico quanto ao tema, além da sua efervescência atual e a busca por suas “razões”, bem como seu processo aparentemente interminável e complexo. A certeza da temática, no entanto, só veio ao estudar a disciplina de “História da África e da Ásia”, onde pude me aproximar mais da questão, entendê-la e exercitar a escrita acadêmica através da produção de um artigo para o livro organizado pelo prof. Dr. Fernando Bagiotto Botton – *A história da África e da Ásia sob perspectiva didática: conexões e atividades* (Botton, 2025) – onde ganhei confiança tanto no aspecto de escrita quanto de pesquisa acadêmica.

Na pesquisa foram analisados cinco jornais: Diário da Noite (RJ), Diário da Noite (SP), Correio Paulistano (SP), Diário de Pernambuco (PE) e Correio da Manhã (RJ). Todos encontrados na plataforma Hemeroteca Digital, no site da Biblioteca Nacional³, onde consta um grande acervo de jornais e revistas circulantes no Brasil do século XIX ao XXI, e onde a pesquisa se faz através da seleção do período desejado e da procura por palavras-chave.

O recorte das fontes se deu principalmente pelo número de ocorrências com as palavras-chave pesquisadas – “judeus”, “árabes”, “Palestina”, “Estado de Israel”, “Terra

³ Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 31 de out. de 2025.

Santa” – desde novembro de 1947 (data da partilha⁴) até maio de 1948 (estabelecimento oficial do Estado de Israel). Bem como condições de conservação de páginas e viabilidade de leitura, balanço entre jornais dos “Diários Associados” – Diário de Pernambuco, Diário da Noite do Rio e de São Paulo – e grandes jornais fora dele – Correio Paulistano e Correio da Manhã. Privilegiamos, além disso, jornais com artigos assinados por jornalistas que realizavam reportagens, editoriais e entrevistas periodicamente. Os periódicos estritamente “factuais” – sem, ou com raros, artigos de opinião e espaço para entrevistados, foram desconsiderados.

O Diário de Pernambuco circulou em Recife desde 1825, sendo então o periódico mais antigo em circulação da América Latina, e se tornou propriedade dos “Diários Associados” desde 1931. Majoritariamente conservador⁵, o periódico enviou dois correspondentes para cobrir a Palestina em 1948, Samuel Wainer e Murilo Marroquim. A Wainer foi atribuído o acompanhamento da situação pela ótica judaica e a Marroquim foi incumbido de examinar os problemas árabes.⁶ Cabe lembrar que Wainer era judeu, proveniente do Império Russo, enquanto Marroquim era natural de Pernambuco e não tinha nenhuma ascendência árabe conhecida, apesar do sobrenome dúbio.

O Correio Paulistano, também foi fundado no século XIX, nasceu liberal, mas depois assumiu uma postura conservadora, sendo utilizado como porta-voz da oligarquia paulista. Foi opositor de Vargas e por isso foi fechado até 1934, após isso foi atrelado ao Estado e mudou de proprietário diversas vezes até seu encerramento em 1963.⁷

O Correio da Manhã foi fundado no Rio de Janeiro em 1901 por Edmundo Bittencourt e circulou até o ano de 1974. Ao longo dos anos, o jornal foi se preocupando cada vez mais com o seu aspecto estético, algo inovador na época, permitindo crescente espaço às ilustrações e fotos. Durante o recorte desta pesquisa, Paulo Bittencourt se encontrava à frente do jornal, ele assumia uma linha editorial conservadora, elitista, porém defendia a separação imprensa-governo e a democracia liberal.⁸

⁴ A Resolução 181 da ONU, ocorreu em 26 de novembro de 1947. A Resolução propôs a partilha da Palestina em dois Estados: um Árabe e um Judeu, com Jerusalém sob administração internacional. A resolução deu certa legitimidade à ocupação israelense e contribuiu para a expulsão de cerca de 750 mil palestinos, processo que foi chamado de *Nakba*, a “catástrofe” em árabe.

⁵ Informação obtida de forma digital. FGV. Disponível em <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 24 de out. de 2025.

⁶ A matéria que anunciou a viagem está na ed. 00039 do dia 11 de fevereiro de 1948.

⁷ Informações obtidas via internet. Correio Paulistano. *Biblioteca Nacional*. 18 de nov. de 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-paulistano/>. Acesso em: 24 de out. de 2025.

⁸ Informações disponíveis de forma digital. Correio da Manhã. *Biblioteca Nacional*. 21 de jan. de 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-mancha/>. Acesso em: 24 de out. de 2025.

Os dois diários são de fundação mais recente e alinhados à modernidade apreciada pelos periódicos de propriedade dos Diários Associados. Os Diários Associados são um conglomerado de mídias do Brasil fundado em 1924 por Assis Chateaubriand, e durante o recorte temporal da pesquisa consistia no maior conglomerado midiático do Brasil. O grupo foi pioneiro com a revista *O Cruzeiro* (1928), utilizando-se muito de fotografias e ilustrações modernas, e envolvido também com o início da televisão brasileira: a TV Tupi (1950), primeira emissora de televisão da América Latina. Sendo uma empresa-mídia bem-sucedida, possuíam em seu auge uma vasta gama da mídia com seus jornais, revistas, rádios e emissoras de TV, sendo um dos maiores responsáveis pela formação de opinião pública do país, ao menos até meados da década de 1960. O Diário da Noite (SP) circulava na capital paulista de 1925 a 1980, vindo a fazer parte dos Diários Associados desde o ano de sua fundação em 1925. Já o homônimo carioca, nasceu sob Chateaubriand em 1929.⁹

A análise histórica desses periódicos foi a metodologia mais utilizada para estudá-los. Tendo em mente o jornal como poderosos instrumentos empregados por diversas forças para agir sobre a História, é dos periódicos a capacidade de “construir meias-verdades” e silenciar ou não tal acontecimento (Barros, 2023). Nos apoiamos quanto ao método de análise de jornais em Tânia Regina de Luca e José d’Assunção Barros, respectivamente em *História dos, nos e por meio dos periódicos* e *O jornal como fonte histórica*. Sendo assim, a semântica, como importante elemento da análise, foi de fundamental importância no trabalho para a leitura destes periódicos, bem como a própria seleção, ordenamento (de página ou tamanho de fonte e espaço destinado), e a escolha daquilo que foi eleito como “digno” de ser noticiado e veiculado. (Luca, 2008).

A pesquisa tem como objetivo geral analisar de que forma se deu a veiculação das notícias acerca da criação do Estado de Israel nos jornais estudados entre 29 de novembro de 1947 até 20 de maio de 1948, datas-chave para entender o discurso jornalístico quanto à partilha e à implementação de um Estado judeu na Palestina. Também tem o objetivo de averiguar o posicionamento de cada periódico quanto à questão, se eles incorporam a narrativa sionista ou a criticam, ou ambos. Pretende-se trazer um balanço geral de mudanças e permanências dessas narrativas em comparação com o jornalismo da grande mídia atual.

No primeiro tópico “Compreendendo as narrativas sobre o Estado israelense: bíblica e moderna”, vamos analisar quais as narrativas que circundam o discurso dos jornais no que se refere à partilha e à criação do Estado de Israel entre novembro de 1947 e maio de 1948.

⁹ Informações disponíveis de forma digital. Perfil - Grupo Diários Associados. *Meios no Brasil*. 2015. Disponível em: http://www.meiosnobrasil.com.br/?page_id=564. Acesso em: 24 de out. de 2025.

Pretendemos compreender os periódicos e seus posicionamentos quanto à questão, analisando principalmente o uso da narrativa bíblica e do agente modernizador (o judeu imigrante). No segundo item “A questão da representação árabe-palestina”, procuramos averiguar o espaço concedido ao palestino (se é concedido) ou ao árabe de qualquer vínculo nacional, seja de forma direta – com entrevistas ou opinião dessas pessoas – ou indireta, com suas queixas e vontades recebendo esse espaço da mídia. No terceiro e último item, “A pretensa neutralidade nos periódicos factuais: ‘Desde Josué a História da Palestina é a História de Israel’” ,buscamos compreender nos jornais mais “neutros”, Correio da Manhã (RJ) e Correio Paulistano, o que é possível apreender sobre o posicionamento do jornal quanto ao tema, e mesmo se as matérias “factuais” convergem ou não com as colunas opinativas. No Correio Paulistano com o professor Alfredo Gomes, analisaremos seu artigo dividido em quatro partes intitulado “os judeus e a Palestina”, com seu caráter difusor da suposta legitimidade do estabelecimento de um Estado judeu na Palestina, em que buscamos compreender as narrativas apoiadas tanto pelo autor quanto pelo próprio jornal. Por fim, temos como objetivo compreender as narrativas veiculadas por esses periódicos acerca da partilha da Palestina e do estabelecimento de Israel e como essa defesa e propagação de narrativas ajudou a criar uma concepção até hoje muito alastrada no imaginário brasileiro de uma legitimidade religiosa e civilizatória do Estado de Israel contra a barbárie árabe.

Compreendendo as narrativas sobre o Estado israelense: bíblica e moderna

Certas narrativas são mais comuns de serem encontradas nos discursos dos jornais: o apelo bíblico e religioso que Israel teria para os cristãos (sionismo cristão) e a narrativa que se ancora na modernização da região médio oriental em oposição ao elemento árabe (atrasado e incivilizado). Serão analisados de quais agências de comunicação as notícias foram compradas, bem como as partes que as edições julgaram importantes serem postas à mostra, e também quais as edições deixaram de fora. Bem como os artigos de opinião sobre o assunto espalhados pelas manchetes e o espaço dado à comunidade judaica e árabe, se houve ou não esse espaço.

As análises das imagens associadas às notícias também desempenham papel importante para se entender o que os jornais pretendem transmitir, principalmente quanto ao apelo modernizador, os periódicos frequentemente trazem fotos das áreas judaicas de Jerusalém e Tel Aviv e as vinculam a um maior progresso e desenvolvimento. O que, por si só, pretensamente justificaria a presença israelense naqueles territórios.

Como referência bibliográfica para o desenvolvimento do texto, destaca-se Edward Said, principalmente nas obras *A questão da Palestina* e *Orientalismo*, e o historiador Rashid Khalidi com *Palestina: Um século de guerra e resistência*, embasando principalmente o contexto histórico e as fases coloniais. Também trabalhamos com *A partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel na imprensa brasileira (1947-1948)*, dissertação de Aura Rejane Gomes.

Na página quatro do dia 10 de dezembro de 1947 - logo após a Partilha - o jornal traz o seguinte artigo de opinião de Austregesilo de Athayde¹⁰ de título “A justiça do mundo”, onde exalta a partilha como resultado de “um nobre impulso” dado pela ONU, onde ainda ressalta a garantia do direito dos árabes. Mas o que chama atenção ao analisá-la é novamente o uso da narrativa moderno-civilizatória da colonização judaica; falando sobre a vivência conjunta dos dois povos, o autor revela: “Espontaneamente, restabeleceram a unidade da Palestina, num sistema federal, tomando o exemplo de outros povos mais adiantados” (Athayde, 1947, p. 4). Vemos com frequência o uso do prefixo “re” ao se tratar do assunto, sempre fazendo a ligação entre imigração e Estado judaico à “reestruturação”, “restabelecimento”, “reviver”, dentre outros, trazendo a ideias do progresso moderno ligado ao novo Estado e a recuperação da terra por um povo “mais adiantado” (Said, 2012). Noção que se tornou verdade através do discurso sionista de que os judeus foram exilados em massa da Palestina durante o Império Romano, mito a-histórico amplamente difundido e que legitimaria um retorno à sua Terra Santa prometida. (Sand, 2014).

Em 18 de fevereiro do ano seguinte, Marroquim - já na Palestina - publica o artigo “exaltação nacionalista entre os povos árabes”, texto em que defende que;

A técnica e a cultura do mundo ocidental, em favor das quais os judeus tanto trabalharam e das quais os judeus tanto se aproveitaram, é que marcam especificamente a revolução político-social no Oriente. Imaginai, se possível, um centro das mais altas pesquisas científicas instalado subitamente no sertão brasileiro; imaginai que a terra, anos depois, comece a florir e a frutificar; imaginai que esta terra se torne simultaneamente propriedade do homem que nela trabalha, enquanto o seu esforço se vê realmente amparado por um movimento cooperativista modelar. E a interrogação seria fatal como se comportaria, no plano social, o sertanejo depois desse milagre? De fato, este é o milagre da Palestina [...] Ocorre, portanto, que assistimos aqui a uma revolução social. E será inevitável constar que os forjadores dessa revolução foram os conquistadores ou colonizadores do ocidente. (Marroquim, 1948, p. 1).

O autor faz uma comparação entre os colonos judeus que se estabeleceram na Palestina com um imaginário centro de luz da mais alta tecnologia colocado a postos em meio ao sertão. Como se comportaria o sertanejo após esse milagre? Ou seja, como se comporta o

¹⁰ Jornalista e escritor pernambucano.

árabe-palestino depois desse milagre? Certamente não como deveria, agraciado, mas hostil ao estrangeiro revolucionário do ocidente. O colonizador vindo do ocidente então leva ao pitoresco e desértico ambiente palestino o progresso e a modernidade, levando consigo também o antídoto das mazelas sociais como as doenças, fome e mortalidade infantil.

Vemos também a questão da posse da terra em voga aqui; “imaginai que esta terra se torne simultaneamente propriedade do homem que nele trabalha”, é sabido que o trabalho judeu na Palestina era importantíssimo para o sucesso da colonização, justamente pela questão do trabalho agrícola nas terras, os colonos teriam então, legitimidade para a posse dela. A questão inclusive é apropriada pelo discurso de que os colonos “fizeram florescer o deserto”, portanto fazendo parte da mitologia fundadora-restauradora do sionismo, em que os colonizadores teriam o direito moral da posse, apagando com sucesso a cultura e trabalho do palestino nativo. (Said, 2012). O texto segue, como o próprio título conduz, à discussão da busca por independência dos árabes da região, em que marroquim infunde a certeza da inevitabilidade do atraso da desejada independência dos árabes do Oriente Médio: “devido sobretudo ao seu atraso considerável no domínio da cultura e da técnica.” (Marroquim, 1948, p. 2). Ao contrário dos imigrantes judeus, esses sim providos de técnica e cultura avançadas, onde sua independência estaria muito mais próxima, mesmo tendo “retornado” à Palestina há pouco tempo. Conseguiram, neste período curto, algo que o árabe atrasado teria que lutar ainda muito para conseguir.

Podemos ver no artigo anterior a adesão do jornalista à narrativa modernizadora da região sob o *kibbush ha'avoda* (Conquista pelo trabalho)¹¹. No dia seguinte, Marroquim publicou novamente, desta vez acerca do “regime feudal árabe” ameaçado pelos judeus. A própria nomenclatura dada à organização social e política dos autóctones como “feudal” já incute uma caracterização anacrônica e traduzida ao “ocidentalês”, destrinchando seu funcionamento em um sistema arcaico e ultrapassado já conhecido pelo ocidente para melhor entendimento.

Marroquim abraça - seus escritos não deixam margem para pensar diferente - a narrativa bíblica do retorno aplicada à colonização judaica da Palestina (Pappé, 2024; Said, 2012; Khalidi, 2024). Precisamente neste texto, o autor mostra a visão de ambas as narrativas mencionadas, o uso do prefixo *re*¹² e a exaltação do progresso judeu, conseguido na tentativa de assimilação dos judeus aos costumes e culturas europeias, alinhada com a ode ao

¹¹ Para melhor entendimento da questão do trabalho judaico como legitimador moral na Palestina ver SAND, Shlomo. *A invenção da terra de Israel*. Benvirá, 2014

¹² Marroquim utiliza no texto as seguintes palavras: retorno, reconquista e redenção. Nesta exata ordem narrativa.

colonizador ocidental vista anteriormente. O autor finaliza a matéria com uma síntese de seu discurso:

Somente a riqueza judia no exterior permitiria a conquista rápida de uma região inhospita. A verdade é que alguns círculos políticos árabes temem o desenvolvimento dessa riqueza. considerando-a um meio de subversão nacional. Com efeito, vivendo sob um regime de indifarçável feudalismo os altos círculos árabes viram-se inesperadamente em perigo de sobrevivência e consideraram os judeus os demônios da nova idéia social [...] a agricultura – seguindo as linhas mestras de sua evolução social e religiosa – seria o seu campo de ação e redenção [...] O que os judeus têm obtido da terra, nesta região, é efetivamente um milagre de persistência e de técnica [...] A técnica a serviço de um sistema social-democrático dos mais avançados que é possível imaginar [...].¹³ (Marroquim, 1948, p. 10).

Seguindo a cronologia, transmitido por rádio aos Diários Associados, corroborando novamente com as narrativas apresentadas, na edição 00045 Marroquim afirma: “é impossível afastar o “judeu” da “Palestina” – fato constatado em todo o mundo”, em seguida entra na seara do nacionalismo e diversidades árabes, conceitos que não serão ampliados aqui, pois não cabem na discussão¹⁴. Utiliza T.E. Lawrence (Lawrence da Arábia) – um militar britânico falando sobre “os árabes” para basear sua visão estereotipada, que assim como Marroquim, fala sobre os árabes de forma pretensiosamente neutra ou até mesmo supostamente apresentando sua visão, porém, incumbido de orientalismo e racismo em seus discursos.

A Samuel Wainer – uma representação melhor já que se trata de um judeu vindo da Europa Oriental e simpático ao sionismo – foi deixado à análise do ponto de vista judeu, corrobora com o mesmo pensamento em termos de discurso e narrativas defendidas. Em março de 1948, ao analisar a situação no deserto de Neguev, põe em voga também o antagonismo entre árabes e judeus na escala evolutiva civilizatória e a própria dualidade entre ocidente e oriente: “[...] o contraste entre as duas civilizações em choque na Terra Santa.” (Wainer, 1948, p.1). Defende no texto que a oposição árabe não se dava aos judeus diretamente, mas aos “ocidentalismo” que os judeus traziam da Europa. Citando o livro “por detrás da cortina de seda” de Bartley Crum, integrante do Comitê Anglo-American de Investigação sobre a Palestina; “Ocidentalismo, significa um nível de vida mais alto; significa redução de mortalidade infantil, das epidemias, da pobreza; significa a abertura da porta para algumas medidas de liberdade e felicidade para os homens e mulheres esquecidos desta região do mundo.”. Aqui é claro a questão do ocidente em oposição ao oriente, o primeiro como civilização, evolução¹⁵, o bem, o segundo como barbárie, atraso, o mal em si.

¹³ Por motivos de preservação histórica, manterei os escritos jornalísticos com a grafia original em todas as citações presentes neste trabalho.

¹⁴ Fatos não cabíveis a discussão proposta no artigo só serão aplicadas neste trabalho com objetivo de linearidade narrativa.

¹⁵ No sentido do evolucionismo social de evolução: progresso técnico.

Na segunda parte do artigo “Água, hospitais, árvores e escolas sobre as dunas do deserto” Samuel Wainer fala um pouco sobre sua experiência em um *kibutz* no deserto onde pode observar os beduínos, que em sua observação apreenderam os conhecimentos das colônias e aplicavam os “modernos métodos de cultivo” em suas próprias terras.¹⁶ Wainer destaca também os “pipe-lines”¹⁷ que possuem diversos trechos pelo deserto e que são (Wainer, 1948, p.10) “aproveitados indistintamente por todos os habitantes do Neguev”. O “impacto representado pelo reaparecimento do “judeu ocidentalizado” no mundo oriental. Em seus escritos Wainer frequentemente utiliza o termo “pioneiro judeu” ao se referir aos imigrantes colonizadores. Na terceira parte do artigo, o jornalista usa o termo ao dizer que estes “pioneiros” não podem mais atravessar desarmados e sozinhos um acampamento ou vilarejos beduínos, situação pela qual culpa o Comite Árabe; “conseguiram despertar novamente a voz bárbara e primitiva do deserto” (Wainer, 1948). Quase um complemento à narrativa de Marroquim, aqui o nativo não sabe reagir apropriadamente ao progresso levado até eles, pelo contrário, reage de forma bárbara e primitiva – contrariamente ao ideal, ser grato pela civilização imposta à eles.

Sem os colonos, o Neguev voltará indubitavelmente a ser um deserto. Cita Michel – representante das autoridades civis judaicas do acampamento armado do deserto – que após citar uma profecia bíblica, diz: “Tel-Aviv também nasceu sobre um monte de areia. E no Neguev há lugar para uma dúzia de Tel-Aviv”. No fim do artigo e resumindo bem o tom de todo o texto, Wainer redige um trecho do memorandum apresentado pela *Jewish Agency* à ONU:

O automovel, a eletricidade, a moderna fabrica, a fazenda e o hospital, assim como a nova concepção de liberdade nas relações humanas, podem aborrecer esses cavalheiros sentimentais e apegados ao pitoresco, cujo desejo é conservar o Oriente Medio como um museu. Mas, para os arabes progressistas, principalmente para a sua nova geração esses simbolicos do Ocidente não tardarão – como já vem acontecendo – a fazer com que compreendam que eles são o caminho da igualdade e a chave da liberdade.

Analisaremos agora a edição de janeiro de 1948 do jornal Diário da Noite (SP), que traz Ruth Kluger, membro e representante oficial da Haganá¹⁸, para falar em nome do grupo do qual fazia parte, expor seus objetivos e defendê-lo das acusações de terrorismo. O grupo paramilitar Haganah frequentava as manchetes de forma ávida, sua atuação na Palestina tem início desde o início do Mandato Britânico na região, assim como outros grupos armados formados a partir do mesmo, como o Stern (Lehi) e a Irgun, todos com muitas participações

¹⁶ A frase é de autoria de Samuel Laufer, perito agrícola que fazia parte do comboio junto a Wainer.

¹⁷ Tubulações para transporte de água em longas distâncias.

¹⁸ A grafia utilizada pela imprensa é “Haganah”.

nas manchetes, especialmente no período crítico estudado nesta pesquisa. A questão nomenclatura se faz importante novamente quanto ao grupo Stern, em que o nome hebraico seria *Lehi*, porém vemos apenas “Stern” em todos os jornais estudados, esse fato demonstra que todos os periódicos tinham como fontes principais as agências de comunicações britânicas, já que o nome era utilizado por eles (*Stern gang*), não pelas fontes judaicas ou - muito menos - palestinas.

Voltando à entrevista, o jornal pergunta o que ela acha do noticiário internacional relativo aos acontecimentos na Palestina, em que ela afirma serem unilaterais e tendenciosos, e que nada tem contra os árabes e vice-versa, apenas a Liga Árabe os hostiliza e a Haganah age em legítima defesa. O tom da entrevista é visto antes mesmo do início dela em si, a matéria tem como título “Não lutam os judeus contra o povo árabe e a Haganah não é organização terrorista”, condensando bem a resposta da líder sionista. Ainda sobre a Liga Árabe, Rute afirma:

Essa organização, liderada pelo ex-Mufti de Jerusalém, Hassan El Housseni e por Fauzi Kauwy, ambos nazistas que colaboraram durante a guerra com os inimigos da democracia, não conta com o apoio do povo árabe, recrutando seus elementos no exterior, no Iraque principalmente, e acolhendo em seu seio, elementos desclassificados. (Kluger, 1948).

Aqui podemos ver claramente o estereótipo estabelecido e propagado no período estudado, da democracia judaica versus barbarismo arábico, que permeia e influencia as leituras sociais na contemporaneidade. Sendo perpetuada ao se estabelecer o paralelo árabe-agressivo-bárbaro-nômade do judeu-intelectual-progressista-democrata, tanto nas notícias ditas factuais como nos artigos de opinião. Essa visão estabelecida pela mídia permeia o olhar social sobre o conflito atualmente, trazendo consequências como a simplificação do tema e estereótipos popularizados de árabes e judeus. Tal procedimento transmite ao público leitor uma discussão constantemente baseada na superficialidade, orientalismo e etnocentrismo.

O próximo tópico, intitulado “auxílios aos árabes” é dedicado a falar do auxílio prestado por judeus aos árabes da região:

Há cerca de meio século vivemos em paz com o povo árabe, ao qual prestamos toda a sorte de auxílio nos termos social, econômico e cultural, procurando elevar-lhe o padrão de vida. Com isso conseguimos fazer com que o índice de mortalidade entre eles, que há vários anos era de 48 por cento, baixasse a menos de cinco por cento. Não fosse a Liga Árabe e a paz nunca teria sido quebrada na Palestina. (Kluger, 1948).

A seguir a entrevista retoma à parcialidade dos jornais ao tratar da Haganah, Kluger diz que as agências internacionais tratam a Haganah como grupo terrorista, que ela rebate

dizendo “estar muito longe da verdade” caracterizando a organização como “pacífica e disciplinada” e continua com o seguinte argumento:

[...]constituída por cerca de cem mil antigos colonizadores israelitas e seus descendentes, que lutam agora em defesa daquilo que de direito lhes pertencia e que foi homologado pela Assembléia da Organização das Nações Unidas, então presidida pelo grande estadista brasileiro Oswaldo Aranha, a quem somos imensamente gratos. (Kluger, 1948).

As partes sublinhadas corroboram com as análises de Said acerca da narrativa que cria uma legitimidade histórica do território palestino como pertencentes aos judeus, agora então, após a Resolução 181, apoiada na decisão da partilha da Palestina de novembro de 1947. No próximo tópico e já no final da entrevista, a entrevistada fala sobre a “libertação dos judeus” e que a organização trabalha para “libertar” os judeus que “se encontram impossibilitados de se dirigirem para sua legítima pátria” fazendo uma menção às restrições de imigração impostas pelo Livro Branco, deixando a mensagem ainda mais clara, Kluger termina o bloco com o seguinte discurso “Na Alemanha, mais de duzentos mil israelitas sofrem privações, enquanto os britânicos se opõem à sua transferência para a Palestina”. Discurso muito encontrado nas falas sionistas, a contraposição de ambos os colonizadores – judeus e britânicos – aumenta ainda mais a impressão de legitimidade dos judeus à Palestina, já que o judeu também luta contra o colonizador (britânico) em favor da Independência do lar judaico.

Imagen 1: primeira página da edição 07190 do Diário da Noite (SP)



Referência: Diário da Noite (SP), 07190, 14 de maio de 1948, p.1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093351&pasta=ano%20194&pesq=%22ressurge%20o%20estado%20de%20israel%22&pagfis=11478>. Acessado em 01 de dez. de 2025.

A imagem corresponde ao Diário da Noite (SP) do dia 14 de maio de 1948, na primeira página. Aqui, como visto em grande parte das fontes analisadas, as narrativas se cruzam: o Estado de Israel ressurge, completando a narrativa bíblica do exílio e da reconquista da terra, e ao seu lado outro legitimador: o progresso, ilustrado na figura de Tel-Aviv como símbolo da modernidade apreciada pelos novos colonizadores judeus.

A questão da representação árabe-palestina

Porta-voz frequente de ilustres sionistas, o periódico publicou acerca da convocação dos filhos de Israel para a luta armada na Palestina, instigando os futuros combatentes com a fórmula da pseudolegitimidade “histórica” e anulado a legitimidade de críticas internas ao sionismo; “Nesta hora, não deverá haver nenhuma divergência, e todos nós devemos ter em mira apenas o que nos cabe em face da Justiça e do Direito: a posse da terra que nos foi legada por uma predestinação histórica.”. Tomando em conta o contexto histórico pós *Shoá*, não é uma surpresa a anulação de críticas ao sionismo em prol de uma luta comum de altíssima moral ocidental. Por algumas vezes, tanto convidados sionistas, quanto o próprio editorial, utilizam a primeira pessoa do singular, fazendo com que a população leitora se sinta incluída no “lado judeu” da situação, ajudando ainda mais a consolidar a visão da opinião popular de ver o árabe como o outro-inimigo.

No mesmo dia, na edição 07176, o jornal fez uma matéria no “bairro judeu” (Bom Retiro), onde realizou entrevistas anônimas a pedidos dos entrevistados, onde eles falam das dificuldades e projeções do futuro Estado.

Já perto da data de retirada britânica¹⁹, o Diário trouxe em sua página inicial “três reuniões decisivas para o destino da Palestina”²⁰, onde o que mais chama a atenção não é a matéria escrita, mas uma foto ao lado com a seguinte legenda “um moderno aspecto de Tel

¹⁹ Durante o mandato britânico (1922-1948), a Grã-Bretanha administrava a região que hoje corresponde à Palestina, Iraque e Jordânia. Após a Declaração Balfour (1917), a imigração judaica aumentou bastante sob a administração inglesa, o que acarretou em diversas revoltas e greves da população nativa do território, majoritariamente árabe. Para contornar o problema, a Grã-Bretanha colocou em voga o Livro Branco de 1939, documento que limitava a imigração judaica a fim de acalmar os ânimos árabes. O Livro teve efeito rebote ao aumentar a imigração ilegal judaica e fortalecer os grupos armados judeus, como Haganah, Stern e Irgun. Enquanto isso, grupos de resistência árabe também se fortaleceram, o que aumentou em demasia o conflito armado na região, fazendo com que a Inglaterra anunciasse que iria deixar o mandato em 1948 e passar o “problema” para a Organização das Nações Unidas. (Khalidi,2024).

²⁰ Matéria encontrada na ed. 07182 do dia 05 de maio de 1948.

Aviv, a avenida Allemby²¹, uma das suas vias principais.”, foto panorâmica com prédios e a longa e movimentada rua em primeiro plano.

Imagen 2: Fotografia de Tel-Aviv



Referência: Diário da Noite (SP), 07182, 05 de maio, 1948, p.1. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093351&pasta=ano%20194&pesq=%22allemb%22&pagfis=11375>. Acessado em: 04 de nov. de 2025.

Tel Aviv é quase sempre mostrada como sinônimo de modernidade e progresso, o que dá uma sensação ainda maior de contraposição comparada às representações árabes, onde geralmente a (não) cidade é o deserto, remontando seu gosto pelo pitoresco, bárbaro e nômade. A cidade aparece novamente no dia 14 de maio, anunciando a Proclamação do Estado, aqui as duas narrativas se misturam na manchete com o texto principal “Ressurge o Estado de Israel” e ao seu lado uma foto de Tel Aviv com a questionável legenda “TEL AVIV, moderna cidade construída pelos judeus, agora a Capital do novo Estado de ISRAEL”, desta vez a cidade é mostrada em sua orla, também de forma panorâmica e com diversos prédios em sua parte superior.

²¹ Rua Allenby

Imagen 3: Fotografia de Tel-Aviv



TEL AVIV, moderna cidade construída pelos judeus, agora a Capital do novo Estado de ISRAEL.

Referência: Diário da Noite (SP), 07190, 14 de maio, 1948, p.1. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&Pesq=%22judeus%22&id=2177905424723&pagsis=11478>. Acessado em: 04 de nov. 2025.

Na segunda página da matéria há um subtítulo de nome “direito natural e histórico do povo israelita” recorte da *Agence France-Presse*:

Anunciando a implantação do Estado de Israel em nome do povo judeu da Palestina e do Movimento sionista mundial a proclamação do Conselho Nacional diz que o novo Estado nasce como uma consequencia dos direitos naturais e históricos dos judeus e da resolução da ONU de 1947. O Estado de Israel está aberto à imigração dos judeus de todo o mundo. Seu regime será fundado sobre a liberdade, justiça e paz. Nele os judeus terão os mesmos direitos, sem distinção de raça, origem ou sexo.

Por que, especificamente, os israelitas teriam um direito natural e histórico à Palestina? Por que os direitos deles são superiores aos dos árabes palestinos que lá estão há quase dois mil anos e que também têm uma ligação religiosa com a terra? A narrativa religiosa e civilizatória parece dar conta destas perguntas, pelo menos para os dois correspondentes citados até aqui.

Um *leader* do sionismo, Marcos Frankenthal – presidente da Organização Sionista Unificada – foi um dos convidados a dar declarações na edição do dia 15 de maio:

Não haverá nenhuma festividade. Estamos em guerra. Guerra de defesa imposta pelos árabes, agitadores e outros, a quem o petróleo é mais caro que um governo e uma pátria judaica. Reuniremos hoje nas sinagogas, segundo a velha tradição, como nos momentos angustiosos. Ainda não há lugar para a alegria. O sangue judeu está sendo derramado. (Frankenthal, 1948).

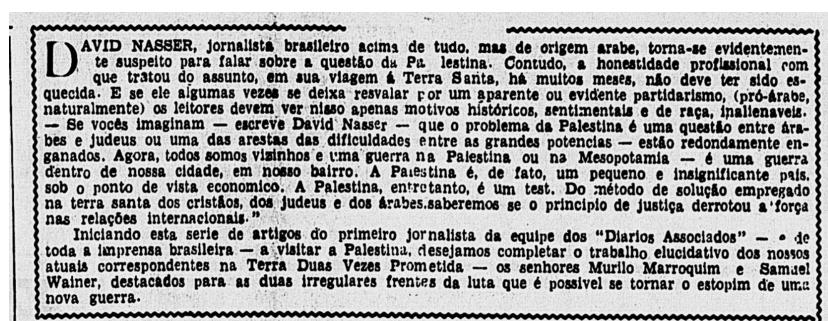
O árabe-palestino é apagado com êxito da história contada por Frankenthal, assim como o é constantemente suprimido nas notícias e nos artigos escritos pelos enviados

especiais, o único que é visto é aquele necessário para fazer o antagonismo judeu-árabe, ou seja, só o árabe agitador, invasor e ignorante é válido para o discurso oficial.

Em uma fotografia de título “guerreiro árabe” de autoria de Jean Manzon, há um homem com apenas o rosto à mostra sob um véu com a descrição “[...]O guerreiro árabe que acima figura, revela em sua expressão o homem da guerra, de olhar sombrio e disposto a todas as refregas na Palestina.” (Manzon, 1948, p.18).

As matérias dos enviados especiais são as mesmas encontradas no Diário de Pernambuco, porém com títulos divergentes, mas a representação que chama mais atenção e diferencia o jornal é a do jornalista David Nasser²², que ganha uma nota sobre seu partidarismo “pró-árabe”: “David Nasser, jornalista brasileiro acima de tudo, mas de origem árabe, torna-se evidentemente suspeito para falar sobre a questão da Palestina.” (Diário da Noite, 1948, p.9).

Imagen 4: nota para David Nasser



Referência: Diário da Noite (RJ), 04526, 18 de fevereiro, 1948, p.9. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_02&pasta=ano%20194&pesq=%22muro%20das%20lamenta%C3%A7oes%22&pagfis=42889. Acessado em: 01 de dez. 2025.

Nasser traz consigo essa nota antes de seu artigo. Esta espécie de “carimbo” é utilizada apenas no caso de Nasser, diferente de todas as opiniões favoráveis ao Estado de Israel, como nos casos dos entrevistados de origem judaica, não há nenhum “aviso” quanto ao viés ideológico deles, mostrando de forma ainda mais explícita como a visão “pró-árabe” era vista com desconfiança e apego étnico.

Nasser havia estado na Palestina em período anterior ao pesquisado, e em um artigo de “O Cruzeiro”, replicado no Diário da Noite em 18 de fevereiro, discute a indiferença e má

²² Jornalista natural de Jaú, nascido em 1917, filho de imigrantes libaneses. Trabalhou para O Globo (1936-1943) e para os Diários Associados (1937-1975), onde ganhou notoriedade nas matérias do “O Cruzeiro” em suas reportagens em parceria com o fotógrafo francês Jean Manzon e vivenciou seu auge profissional nessa época (década de 1940-50). Foi opositor do nazismo, do integralismo e do Estado Novo, porém aderiu ao golpe militar de 1964. O polêmico David Nasser. *Biblioteca Nacional*. 13 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/imprensa-o-polemico-david-nasser/>. Acesso em: 24 de out. de 2025.

vontade da Grã-Bretanha quanto ao problema da Palestina (Nasser, 1948). Na sequência ele inicia a falar das mazelas palestinas:

Os árabes, fundamentalmente contrários à partilha, pleiteam, antes de tudo, a imediata libertação de todos os presos políticos, bem como da permissão dos exilados voltarem à Palestina, vindos do Iraque, da Síria, do Líbano, do Egito, da Arábia e da Turquia.

Nenhum preso deverá continuar nos campos de concentração da Terra Santa e todas as sentenças de caráter político ficarão automaticamente sem efeito. Exigem, também, garantia ao Partido Árabe da Palestina de que terá licença para editar jornais árabes e ingleses, a fim de que possa ser exprimida a opinião da maioria da população árabe, em defesa de sua causa.

[...] Para os árabes, o interminável conflito e as sucessivas perturbações que tem gravado a história da Palestina advém da Declaração Balfour [...] Há vinte e nove anos, os árabes constituíam noventa e três por cento de toda a população da Terra Santa [...] (Nasser, 1948, p.9).

O relato foge bastante do padrão dos artigos de opinião sobre a implementação do Estado judaico; aqui vemos pela primeira vez a representação do árabe – de um descendente de libaneses – mesmo assim a representação mais legítima e próxima da Palestina encontrada na pesquisa. Nasser expõe os problemas enfrentados pelos nativos ao estarem submetidos à dupla colonização britânico-sionista; como a expropriação, apartheid e racismo enfrentado pela maioria árabe. (SAID, 2012). É a única fonte que encontramos em que o palestino aparece, não como o invasor, hostil, ignorante e incivilizado, mas como um povo que está sob um julgo colonial, não de apenas um colonizador, mas dois ao mesmo tempo: o britânico do mandato e o colonizador judeu europeu.

O pensamento da população palestina também ganha espaço por sua voz no dia seguinte, no artigo de 19 de fevereiro, Nasser traz algumas vozes árabes para expressar de forma mais enfática a contrariedade dos nativos à imigração estrangeira e à divisão da Palestina:

Nós, os árabes, constituímos a grande maioria da população da Palestina desde o princípio da era cristã, há quase dois mil anos. Por qualquer motivo os árabes se opõem, com razão ou sem razão, a qualquer imigração em massa dos judeus. Isso quer dizer que a maioria do povo da Palestina não deseja essa imigração. Como os princípios de auto-determinação decidem que os assuntos internos de uma nação devem ser conduzidos de acordo com o desejo da maioria de seu povo, qualquer tentativa dos Estados Unidos, liderando um grupo de nações na ONU, para impor à Palestina uma imigração em massa de judeus, em nada dividida, somente pode ser considerada um ato típico de agressão e contrário ao princípio de justiça internacional. (Diário da Noite (RJ), 1948, p.9).

Vê-se o quanto a questão da representação é importante para a visualização plena da discussão. Ao apreendermos a opinião palestina, o árabe não fica tão solto nas notícias factuais que ganham destaque nas primeiras páginas; a resistência contra a colonização aqui se mostra, o árabe não é apenas o bárbaro que ataca brutalmente a civilização. Com a representação podemos ver por que ele ataca, mesmo que a matéria esteja na página nove, e

não na capa. Continua um bárbaro, mas um com ao menos alguma motivação vinda da “razão”. A negação da existência palestina, compactuada pela mídia, também encontra aqui uma fresta; além de seu desejo, os crimes cometidos contra essa população também são descritos, utilizando um instrumento conhecido pelo ocidente – a justiça internacional. Somente nestes dois relatos de Nasser podemos ver três problemas palestinos colocados à tona: a imigração judaica em massa, as expropriações dos palestinos de suas terras e o ataque ao seu direito de autodeterminação.

Tanus Gibran Curi dá a Nasser uma excelente comparação ao colocar Brasil e Japão na equação: “Imaginemos que amanhã outra nação mais poderosa tente obrigar o Brasil a receber japoneses, contrariando a decisão de seu governo [...] Seria ou não um ato de agressão internacional?”. Recorrendo novamente ao Direito Internacional, o convidado cita o direito de autodeterminação dos povos, “[...] devemos conceder à maioria dos habitantes da Palestina o direito de resolver seus problemas, certa ou erradamente, mas com a liberdade pela qual lutamos.” (Nasser, 1948, p.9).

O artigo inteiro é provocador e questiona a legitimidade da atuação sionista na Palestina, que ao contrário do que falam seus defensores, não seria democrático, muito pelo contrário, pois ao apagar a maioria, reprimi-la e expulsá-la, estão, na verdade, agredindo o direito democrático e de autodeterminação da Palestina.

O texto segue, denunciando a diminuição da população árabe de 93% em 1918 para 70% em 1936, ao passo que a imigração judaica continuava, legal ou não. A questão da terra também se revela: em 1918 a maioria estava em posse árabe, em 1936 os judeus detinham mais de 40% dos melhores e mais férteis pedaços de terra da região – terras onde a mão de obra árabe não era permitida – o suporte bélico é citado, como aumentado efetivamente durante a guerra, os preparando para enfrentar árabes e ingleses. Após a greve e revolta de 1936, a Inglaterra incumbiu Comissões para cuidar do “problema” que teve como solução a Partilha, que, como já vimos, contrariava em demasia o desejo dos nativos palestinos.

No dia 20 de fevereiro de 1948, Nasser publica a matéria “expulsam-nos de nossa pátria” (Nasser, 1948), neste importante texto Nasser discute a questão do direito à terra; começa o texto explicitando a negação desse direito na fala do sionista Leon Rapson “os árabes não têm tanto direito à Palestina”, o membro da Haganá também defende que somente aqueles que não estudaram História desconhecem os direitos dos judeus sobre a Palestina “Ou aquele que, como o senhor [referindo-se a Nasser], meu caro jornalista, que sente em suas veias o sangue dos comedores de carneiro cru.” (Nasser, 1948, p.10).

Para Rapson (e para o discurso sionista em si, como já visto), a maioria dos árabes, no entanto, são “agradecidos” aos judeus por terem elevado o padrão de vida; “O que era a Palestina antes da vinda dos judeus? um deserto.” Pode-se ver aqui que os combatentes dos grupos paramilitares eram abarrotados da narrativa de que eles estavam levando o progresso e a civilização para a Terra Prometida.

Novamente, a modernização das cidades aparece: “Vejam TelAviv, a cidade com apenas 25 anos, e que é considerada a Paris do Levante, com a sua feira, seus cafés, seus teatros, seus bancos, suas lojas modernas, e a sua gente bem vestida, bem alimentada e limpa.”, a frase explicita aquilo que Said disse sobre a representação: os sionistas falam pelos palestinos, explicam eles para o Ocidente, fazendo com que a sua linguagem oriental seja interpretada de modo que a razão ocidental consiga compreender. “Jerusalém com suas escolas, seus novos e largos boulevards, sua famosa Universidade, seus hospitais. Isto é a Palestina. Isto resume o direito dos judeus sobre a Terra de Israel.” (Nasser, 1948, p.10). De novo, o progresso justifica o colonialismo: um colonialismo “positivo”.

Nasser concorda com Rapson quanto aos benefícios “dados” pelos colonizadores, mas atenta; “O erro desse argumento, no entanto, é que geralmente o utilizam todos os conquistadores. Esse argumento é chamado a justificar todas as agressões por parte de uma nação civilizada, forte e ambiciosa contra outra que não se encontra em condições de defender-se” (Nasser, 1948, p.10). O jornalista continua a rebater o argumento de “agente civilizador” que o sionismo pega para si e justifica nele sua legitimidade histórica. É um relato que surpreende pelo teor da representação, por ser de fato a voz do “outro” lado.

A pretensa neutralidade nos periódicos factuais: “Desde Josué a História da Palestina é a História de Israel”

Alguns dos impressos analisados podem, à primeira vista, passar uma imagem de falsa neutralidade, falsa, pois sabemos que é impossível ser idôneo, principalmente ao afirmar sê-lo. Um dos jornais mais importantes do país durante muito tempo, o Correio da Manhã (RJ), tem esse impacto “factual” à primeira vista, pouca informação de opinião e muitas notícias apenas traduzidas de comunicadores externos, como *Reuters*, *Agence France-Presse* e *United Press*, frequentemente citados com a inicial e posteriormente o texto traduzido.

Mas não avaliamos apenas as opiniões, avaliamos principalmente o que quis ser passado sem ser dito *diretamente*: as imagens que acompanham o enunciado, as próprias palavras em destaque na manchete, a centralização da notícia e a escolha de palavras. Tudo isso pode (na verdade, deve) ser analisado.

Os meios de comunicação citados são de três países: Estados Unidos, Inglaterra e França, ou seja, as principais potências ocidentais saídas da Segunda Guerra. E esses três países detêm o poder de comunicação e informação sobre o território palestino, fazendo com que o seu conteúdo seja obrigatória e claramente orientalista.

O jornal pretende ter uma estrutura mais “empresarial” e em “dar ênfase à informação em detrimento da opinião”²³, o que ajuda a entender essa aparência mais “enxuta” de suas páginas. E elas são sempre negativas aos “árabes” e simpáticas ao sionismo, porém nos poucos artigos de opinião, há uma surpreendente crítica ao colonialismo sionista: em “Na tribuna da imprensa” – coluna de Carlos Lacerda²⁴ – no Correio da Manhã, o jornalista expressava opiniões sobre o contexto político nacional e internacional. Na edição do dia 14 de janeiro de 1948, a coluna traz a nota intitulada “O Brasil devia abster-se”, onde discute o voto do Brasil quanto à questão da partilha da Palestina, para fortalecer seu ponto, o jornalista traz uma entrevista com Benjamin H. Freedman, um empresário judeu nova iorquino, falando sobre o voto para as eleições presidenciais e os Estados com maioria judaica, Freedman diz:

Os sionistas afirmam “comandar” esses votos. Embora, em grande maioria, os judeus americanos não sejam sionistas e não desejem mais do que ser bons americanos, a minoria sionista encontrou meios para fazê-los silenciar e convencer quase toda gente que anti-sionismo é sinônimo de anti-semitismo. (Lacerda, 1948, p.2).

A seguir, após falas mais voltadas ao sistema eleitoral, Freedman cita os palestinos nativos:

No entanto o nosso presidente declarou - pleiteou, seria mais exato - que a Inglaterra usasse força militar contra os desejos dos atuais habitantes da Palestina, para forçar a entrada de várias centenas de milhares de imigrantes da Europa Oriental, com o propósito declarado de ajudá-los a fundar, ali, o seu Estado nacional-religioso.

[...] A despeito da situação muito mais explosiva na Palestina, a pressão sionista impede que o governo e seus porta-vozes reconheçam que os árabes, que lá vivem há 1.300 anos, tenham a justiça do seu lado e não vejam a sua terra governada e arrebatada por estrangeiros indesejados. E isto evidentemente, determina consequências no mundo árabe. (Lacerda, 1948, p.2).

Ao concluir a nota, ele finaliza se dirigindo diretamente aos judeus brasileiros, Lacerda faz um apelo:

[...] impressionarem-se menos com a propaganda organizada dos órgãos sionistas, e ponderar devidamente as consequências da partilha da Palestina, para o mundo, para o Brasil e para eles próprios.

²³ *Correio da Manhã: Compromisso com a Verdade*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação do Rio de Janeiro, Imprensa Oficial da Cidade do Rio de Janeiro. 2001. p. 13.

²⁴ O famoso jornalista antagonista de Getúlio Vargas no futuro, assinava diariamente uma coluna de opiniões políticas no Correio da Manhã durante o período de 1946 até 1949, nomeada como “Tribuna da Imprensa”.

Não queiram os judeus, movidos por interesses e forças que falam e agem em seu nome, converterem-se nos provocadores da terceira guerra mundial. Em suma, não queiram ser os nazistas de novo tipo. (Lacerda, 1948, p.2).

O fato de o editorial apenas citar os palestinos em artigos de opinião, mais especificamente, apenas nesta coluna de Lacerda, corrobora a tese dele mesmo sobre a “depuração” das notícias sobre o conflito. Em todas as matérias estudadas do jornal, desde a data da partilha até um mês após a declaração de independência de Israel, nenhuma matéria veiculada pelas agências *Reuters*, *France-Presse* ou *United Press* cita os palestinos, no máximo usam o termo genérico “árabes”, porém sem fazer qualquer ligação destes com a terra Palestina, como a fala de Freedman traz “os árabes, que lá vivem há 1.300 anos” (Lacerda, 1948). Nas matérias principais, são sempre árabes jogados, sem ligação alguma com a terra, a terra é sempre tratada como sendo estranha a eles. Corroborando ainda com Said:

[...] o árabe, na medida em que fora desalojado e expropriado na Palestina, perdeu sua identidade, tanto porque o sionista transformou a si mesmo na *única* presença na Palestina quanto porque a personalidade negativa do árabe (oriental, decadente, inferior) foi intensificada.” (Said, 2012, p.63).

No dia 16 de maio de 1948, o editorial faz uma nota ao lado da matéria principal da primeira capa intitulada “Israel”, fugindo do tom “empresarial” o artigo - não assinado por nenhum autor - é uma opinião que traz alguns pontos-chave do posicionamento do jornal²⁵: 1) A negação da identidade palestina, 2) O reconhecimento imediato dos Estados Unidos e 3) A narrativa da espera judaica de dois mil anos para o retorno à Terra Santa. No segundo parágrafo do texto temos:

Qualquer coisa persiste em nós, na nossa simpatia, que se inclina sem dúvida nenhuma para os árabes, de preferência aos judeus; simpatia que seria partidarismo decidido se pudéssemos sentir a existência de uma nação palestina árabe, e não a presença de árabes naquela região que outras nações árabes apetecem dividir ou anexar. Quer dizer, se a causa fosse a da independência de uma Palestina árabe contra a independência de uma Palestina judaica, aquela e não esta encontraria em nós um caloroso eco. (Correio da Manhã, 1948, p.1).

O projeto de colonização sionista requer a negação da identidade palestina a fim de espalhar o mito do slogan “uma terra sem povo para um povo sem terra”²⁶, a recusa ao reconhecimento do árabe-palestino é característica central do sionismo colonizador (Said, 2012). Esse embate entre afirmação e negação é o que caracteriza a questão palestina. Essa

²⁵ Fonte: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. ed. 16919 p. 1

²⁶ A frase é notoriamente conhecida por defensores do estabelecimento de um lar judeu na Palestina desde o século XIX, sendo apropriada e defendida por cristãos e judeus sionistas. De acordo com Edward Said e Rashid Khalidi, foi usada pelos primeiros sionistas, como Israel Zangwill. Também foi amplamente utilizada por porta-vozes do sionismo como Theodor Herzl, Chaim Weizmann e David Ben-Gurion e demais sionistas, expressando seu pensamento da Palestina como uma terra vazia. (Said, 2012, p. 11), (Khalidi, 2024, p. 23).

negação era feita em nome de projetos de transformação da Palestina, primeiro britânicos e depois sionistas, projetos que visavam transformar a Palestina, “melhorá-la”, sempre em um sentido de melhor: mais moderno, mais ocidental, superior.

Como dito por Said: “primeiro negação, depois obstrução, diminuição, silenciamento, confinamento” (Said, 2012, p. 22), foram as táticas adotadas pela política sionista sobre a palestina para tornar o Estado judeu possível apesar dos inconvenientes (não) habitantes. Após a declaração Balfour, como visto na primeira parte do presente trabalho, a conversão da Palestina de árabes incivilizados em Estado judeu pressupunha essa negação, nas palavras de Said:

A tarefa passou a ser a conversão da Palestina em um Estado judeu, sem que ao menos o mundo pudesse levar a sério (ou mesmo viesse a conhecer) o protesto dos nativos. A negação sistemática de uma expressiva presença árabe na Palestina era acompanhada, como afirmei, por sua destruição, sua obstrução e seu confinamento na Palestina; e por sua obstrução e seu confinamento nos conselhos do mundo. Além do mais, os sionistas eram capazes de difundir suas visões e sua realidade *em detrimento* da visão e da realidade dos árabes-palestinos. Um projeto negativo - negação e obstrução - acarretava um projeto positivo equivalente e contrário - difusão. (SAID, Edward. *A questão palestina*. São Paulo, 2012, p. 24).

A força desse projeto difusor explica a falta que os palestinos fazem nas matérias, principalmente as que são repassadas de agências internacionais - a maioria - tanto que percebemos haver uma disputa dos sionistas com os árabes (invasores de países vizinhos) e com os britânicos. O contexto deve sempre ser levado em consideração, após o advento do fascismo na Europa, a ideia de um Estado judeu era vista no Ocidente como moralmente extraordinária e negar ou criticá-la acarretava um “deslocamento” dentro do pensamento intelectual e jornalístico brasileiro, que era frequentemente alinhado à política estadunidense. (SAID, 2012).

O reconhecimento do Estado de Israel pelos Estados Unidos vem à tona no parágrafo seguinte, tratado com dúvida se será “bom” ou “ruim”, mas o escritor se atenta ao fato de o reconhecimento ter sido imediato, anterior ao russo: “Procura-se assim forçar a mão à Inglaterra ou contrabater a sua política na região?” (Correio da Manhã, 1948, p.1). Sabemos hoje que a relação Israel-Estados Unidos é praticamente um casamento inabalável, logo, o reconhecimento foi uma demonstração imediata dessa aliança.

Por último, mas não menos importante, temos a narrativa religiosa finalizando o texto. Do sofrimento ao júbilo, o autor destaca a “alma judaica”:

Assistemos a uma grande tragédia, não sem nobreza, do sentimento pátrio. Uma raça que espera 2000 anos pela concretização do seu sonho - é uma raça que nos revela certa íntima grandeza, sejam quais forem os aspectos, que nos levem a não a estimar por outros prismas. Há poesia, uma trágica poesia, na atitude coletiva dessa raça que se nos mostrava submissa apenas às solicitações do dinheiro. Ela revela,

subitamente, mocidade. Uma mocidade que morre pela pátria em que não nasceu, em que apenas desejaria ter nascido. É como um sentido místico do amor pátrio brotado no mundo inteiro em almas que não supunhamos capazes dêsse gênero de vibração. (Correio da Manhã, 1948, p.1).

Com um misto de romantismo e traços antisemitas, o texto é pró-sionista de uma forma muito específica encontrada no apoio cristão ao nacionalismo judaico: apoia o projeto mais pelo seu aspecto de “sinal profético do cumprimento da promessa divina aos judeus - que exercem papel fundamental na salvação cristã” (CALFAT, 2024, p.46), do que apoiam o sionismo político em si. O uso “dessa raça” exprime bem a separação de identidade entre “eles” e “nós” (cristãos), assim como o surpreendente sentimento de amor em almas que “não supunhamos capazes dêsse gênero de vibração”. Por se tratar de uma identidade étnica e não racial – pois há judeus de todas as “raças” – o uso do termo “raça” parece simplificar a identidade judaica a fim de uma comunicação mais direta com o público leitor, além da clara distinção dos judeus como um grupo à parte.

Como visto no decorrer deste artigo, a narrativa do retorno à Terra Santa é amplamente veiculada nas notícias mais factuais e também nos artigos de opinião voltados à temática. Tanto nas opiniões mais favoráveis ao novo Estado quanto nas mais críticas, a narrativa do retorno é vista como algo benéfico, não apenas para os imigrantes, mas também para a população nativa, ao se conceber Israel como a única democracia no Oriente Médio, sendo, portanto, o bastião ocidental e civilizado em meio à barbárie islâmica vizinha.

Na próxima página da mesma edição, Carlos Lacerda assina o artigo “Traição à paz” em sua coluna política diária dentro do Correio “Na tribuna da imprensa”, onde o jornalista faz uma crítica à “ânsia” de Truman para “conquistar os votos judeus para sua reeleição”. O texto de Lacerda dialoga muito bem com a dissertação de Gomes, ao relatar as questões políticas quanto à eleição estadunidense e a propaganda sionista que foi estrategicamente mais presente neste país (Gomes, 2001) . Ao falar sobre o “filtrado” e “infiltrado” nas notícias que chegam ao Brasil sobre o Oriente Médio, ele reitera: “O que se está publicando, esses dias, no Brasil, sobre o conflito no Oriente Médio, é apenas uma parte da verdade. Os telegramas que chegam a Nova York são “depurados” antes de se espalharem pelo mundo.” (Lacerda, 1948, p.2). O tom sincero do não dito do artigo é uma surpresa, quase um alívio ao se ver sendo dito inesperadamente por uma figura mais surpreendente ainda:

E os judeus, que durante todo o período em que foram revoltantemente perseguidos, afirmaram ser excelentes patriotas, muito bons alemães os que nasceram na Alemanha, ótimos americanos os que nasceram nos Estados Unidos, perfeitos brasileiros os que nasceram no Brasil, dignos franceses os da França, e assim por diante, agora, embalados na mortal cantiga do sionismo, tornam-se patriotas... palestinos, isto é, patriotas da pátria que não é sua. Neste caso, teria razão Hitler

quando dizia que os judeus alemães não eram alemães? Terão razão aqueles que não os querem aqui, por não os considerarem brasileiros?

O nacionalismo judaico da Palestina é um nacionalismo agressivo, feroz, sustentado por grupos fascistas e terroristas que destroem, em benefício da sua expansão, a vida pacífica de um povo milenarmente agarrado àquela terra.

O fato de ser alguém judeu, e do judeu ter sido perseguido, não nos obriga a simpatizar com seu fascismo judaico, que existe e é o principal responsável pela expansão sionista. (Lacerda, 1948, p.2).

Mais uma vez uma referência direta aos palestinos, que parecem ter sido apagados com êxito pela “depuração” da mídia. Ao contrário do que se imaginava ser sua posição, ao ser já de uma figura de direita e partidário da UDN em 1948, Lacerda vai na contramão ao criticar o sionismo e a propaganda sionista, indo ao avesso da direita e da própria esquerda, ambos em maioria apoioando o Estado sionista, já que o lar judaico na Palestina foi apoiado por Estados Unidos e União Soviética. Pela URSS ao menos no início e em parte pelo apelo do sionismo trabalhista, visto como socialista e anti-britânico, o que ajudou a enfraquecer o Império Britânico. O apoio soviético não durou muito tempo, já que a aliança Israel-Estados Unidos, que se anuncia desde o princípio, foi cada dia mais fortalecida (Said, 2012).

No começo de janeiro do ano de 1948, o Correio Paulistano publicou uma nota intitulada “Os judeus e a Palestina” de autoria de Alfredo Gomes. Escrita originalmente no dia 18 de dezembro de 1947 (próximo à data da Resolução 181: a votação pela partilha), o texto abre com a seguinte afirmativa: “Embora a Palestina houvesse participado, através de séculos, dos impérios árabes, pelas suas origens *mais remotas*, pelo seu *passado histórico*, é antes o *país do povo de Israel*.” (Gomes, 1948, p.4). Seguido de um elogio ao monoteísmo, base dos povos “civilizados”, a crítica ao “imperialismo” vem ao falar da presença árabe na região e logo depois retorna aos judeus e a imigração do século XIX em que insinua o esforço judeu para a restauração das condições na Palestina, em especial nas esferas econômica, agrícola e industrial.

O texto do professor sintetiza basicamente o pensamento liberal alinhado aos Estados Unidos e à ideologia sionista. Romantiza uma narrativa de passado heroico e nisso baliza o seu retorno, apontando o imperialismo e expansão de um povo “outro” (árabes), criando uma dualidade de moderno e atrasado, progresso e barbárie, retorno do herói e invasão do vilão.

O texto se baseia em uma narrativa bíblica para exaltar o monoteísmo (exceto o islâmico) e sua civilização, e usa esta narrativa como pretexto para justificar a colonização sionista da Palestina, sintetizada em frases do texto como as descritas nesta seção: “[...] é o país do povo de Israel” e “[...] a História da Palestina é a História de Israel” (Gomes, 1948, p.4).

Na segunda parte do artigo, publicada em 7 de janeiro, Gomes foca mais em legitimar juridicamente o futuro Estado. Cita a Declaração Balfour e a Conferência da Paz de 1919, faz em quase todo o texto um retorno a um ponto vital do projeto sionista: a imigração. Discute a posição do Partido Trabalhista Britânico com Livro Branco (1939) – que restringia a imigração judaica na Palestina, visando acalmar os ânimos árabes pós-Revolta de 1936 –, considerando-o assim como os sionistas envolvidos na burocracia inglesa, uma traição ao compromisso estabelecido entre governo britânico e movimento sionista.

A terceira parte do texto do professor, publicado na edição do dia 10 de janeiro, ganha um texto mais longo e complexo. Logo de início trata de conceituar e contextualizar o sionismo, colocando-o como existindo a um tempo (bíblico), o que com certeza traz uma aproximação maior entre o leitor cristão médio e o conceito, sintetizada logo na primeira frase do texto: “O sionismo, cuja ideia remonta aos tempos bíblicos...”, logo após traz a questão na nacionalidade, combatendo a ideia de que o sionismo seria antipatriótico ele emenda estabelecendo um paralelo entre o futuro Estado judeu e a independência da Irlanda e completa parafraseando Louis de Brandeis “Todo judeu americano, que favorece a colonização judaica na Palestina, ..., será, do mesmo modo, um melhor americano.”

Há menções às críticas sobre o sionismo, mesmo assim o autor opta por seguir defendendo e explanando o ponto de vista a favor da construção do Estado judeu na Palestina, referenciando o nacionalismo judeu como um “nacionalismo defensivo”, que ao contrário dos grandes países imperialistas, apenas defendia seu direito de existência, discurso até hoje muito alastrado. O autor se direciona também aos judeus que “em sua maioria concordam com o sionismo”, segundo ele ao se basear em uma pesquisa estadunidense não identificada. A única “fala” de um médio oriental é dada a Faiçal I rei do Iraque, que durante o citado contexto histórico (Conferência da paz de 1919), foi conivente com o sionismo graças a seus próprios interesses, econômicos e expansionistas. O fato de um governante de um país vizinho ser o único representante árabe é bem elucidativo quanto ao sumiço do palestino na mídia jornalística: a negação da identidade árabe-palestina é feita o máximo possível, e quando se faz necessária a fala de um médio oriental para expor o antagonismo, o árabe que ganha voz *nunca* é o árabe-palestino.

Considerações finais

Não foi surpresa os periódicos escolhidos estarem em sua maioria como apoiadores do sionismo, justamente pelo calor da circulação de ideias nessas grandes metrópoles brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro e Recife - além, claro, de um imenso número de imigrantes de

diversas partes do globo afetados pelos ideais de nacionalismo(s), sionismo, racismo e colonialismo (neocolonialismo).

Mesmo assim, os periódicos estudados apresentaram opiniões bastante diversificadas, ao se ter contribuidores de múltiplas ideologias – diversos editores, escritores, tradutores, jornalistas, todos de pensamento político-ideológico variáveis – acabaram por reverberar essa diversidade nos discursos passados por suas mãos nas mídias jornalísticas. A questão Israel-Palestina é de maneira frequente, direta ou indiretamente, vinculada à mídia e como ela produz essas notícias – a qual discurso o jornal mais se alinha – todos os jornais estudados se encontram sob a perspectiva da política externa brasileira, adotando uma certa equidistância do assunto e o tratando em conformidade com as notícias veiculadas nas grandes redes de comunicações globais. Política também claramente favorável à posição dos Estados Unidos, principalmente estando sob o contexto de Guerra Fria, o que os Estados Unidos “pensam” é de extrema importância para os periódicos, servindo de régua para a posição a ser tomada pelos próprios jornais.

A questão da transmissão do tema para o público leitor ser feita com o aporte religioso e civilizatório mostra como essas narrativas serviram para gerar essa aproximação, ou ao menos a sensação de aproximação, com o judeu civilizado e moderno – algo que os periódicos tinham por objetivo, logo a aproximação com o projeto colonial sionista era quase como um dever do editorial. Essa afiliação imprensa-sionismo era somente interrompida caso algum jornalista questionasse essa visão, como foi o caso de Carlos Lacerda no Correio da Manhã e de David Nasser no Diário da Noite (RJ).

A questão da representação obteve resultados díspares: além de seu perfil mais amplamente comprometido com o nacionalismo judeu, esses jornais frequentemente traziam pontos de vista das comunidades judaicas no Brasil, não quaisquer judeus, mais especificamente os membros das comunidades judaicas sionistas. Principalmente no grupo Diários Associados, que com frequência trazia líderes sionistas das comunidades judaicas brasileiras para se expressar nas manchetes, vemos nessas entrevistas a defesa contra algumas críticas feitas ao sionismo, geralmente no formato de entrevistas. Um dos correspondentes do DA, Samuel Wainer, era um judeu de origem europeia, provavelmente alinhado ao sionismo trabalhista, o que é compreensível pela vasta gama de ideias circulantes na Europa do século XIX, principalmente o nacionalismo e o socialismo. O outro correspondente, Murilo Marroquim, era de origem mais neutra com a questão, mas foi ele quem ficou com a tarefa de expor o “lado árabe” do conflito. O lado não havia quase nada de árabe, era repleto de orientalismo e de diversas “traduções” simplificadas e superficiais feitas para que o público

geral entendesse de modo comprehensível. A superficialidade com que trata a questão não aproxima o leitor do palestino, mas sim, o ajuda a entender esse nativo com o olhar estereotipado que a visão orientalista e superficial de Marroquim traz.

Os Diários da Noite, apesar de pertencentes aos Diários Associados, tiveram resultados divergentes quanto à questão pesquisada: o Diário paulista atuava de forma quase panfletária em prol da causa sionista, convidando com frequência líderes sionistas para entrevista, e trazendo informações de encontros judaicos em geral, como a cobertura das comemorações no pós-partilha e pós-reconhecimento do Estado de Israel por Estados Unidos e Brasil. Seu homônimo carioca, no entanto, era bem mais complexo e foi o jornal pesquisado que mais deu espaços às representações árabes fora da caricatura orientalista: o editorial era majoritariamente e perceptivelmente pró-sionista, no entanto, o seu espaço de representações era bem mais democrático, principalmente na figura do jornalista David Nasser, filho de imigrantes libaneses, que começou a trabalhar com os Diários Associados em 1943. Nasser é responsável por quase toda a representação árabe da pesquisa e o maior porta-voz das críticas ao sionismo como projeto colonial.

A mesma conclusão pode ser dita a respeito do Correio da Manhã, também do Rio, que em suas matérias factuais mantinha uma postura pró-sionismo, mas apresentou uma abertura opositora com Carlos Lacerda na coluna “Na tribuna da imprensa”, questionando e criticando de forma contundente o projeto sionista e como a própria mídia privilegiava a causa. Ao lado de Nasser, foi outro que fugiu da aceitação passiva e isenta de crítica do discurso sionista.

As notícias são alinhadas globalmente: todas advindas de agências de comunicação dos Estados Unidos ou da Europa Ocidental, portanto o “global” aqui não se refere ao globo em sua totalidade geográfica, e sim, ao mundo ocidental – como analisado no decorrer deste trabalho, vimos o que o olhar ocidental implica nesta discussão: olhar o outro - o outro oriental - como injusto, incivilizado, atrasado, agressivo e todos os outros adjetivos negativos que se enquadrem à narrativa. Essa lente utilizada molda qual fato é importante ser noticiado, onde no folhetim ele merece ser colocado, qual sujeito da oração é pertinente trazer no título. Até por isso, vemos os “árabes” serem tratados em bandos, dissociados de identidades nacionais ou quaisquer outras que o discurso ocidental os impede de ter. Os “judeus”, por outro lado, recebem um tratamento mais complexo; são os “outros” também, mas outros diferentes dos outros “outros”, estes são povos mais avançados. Antes mesmo do mitológico exílio da Terra Santa, são povos que estabeleceram ligações com a terra, que escreveram sobre ela, que criaram uma legitimidade histórica e o direito de retorno a ela, são, portanto, mais

dignos de sua posse do que o outro atrasado. Este outro civilizado pode inclusive melhorar a vida dos árabes, como defendido por algumas vezes nos textos dissecados. A dualidade da civilização (Israel) versus barbárie (Palestina) continua no imaginário contemporâneo da sociedade brasileira, embora haja mudança quanto a essa mentalidade que se alinha ao colonizador, a grande mídia ainda tende a corroborar com essa visão superficial e racista daquelas culturas.

Há de se ver também uma mudança positiva quanto à cobertura da mídia à questão: hoje encontramos os dois elementos de maneira mais crítica. O elemento palestino aparece, o sofrimento palestino aparece, rápido e a depender da mídia pode nem aparecer, mas a sua presença é inegável. Mesmo as mídias mais sionistas da atualidade não conseguem suprimir o sujeito palestino por completo, pode camuflar, distorcer e/ou vilanizar essa presença, mas ela sabidamente *está lá*.

A negação da existência palestina parecia muito mais fácil de ser corroborada por essas mídias em 1948 do que em 2025, até pelas possibilidades de transmissão que a televisão e a era digital abriram: transmitir notícias com imagens e sons, de forma integral, vídeos circulam pela internet sem essa maior intervenção dos meios de comunicação. Há negativas sobre isso, claro, o cinza hoje em dia é menos cinza e mais posicionado. O que em 1948 poderia, e geralmente era, matizado por seus produtores diversos, atualmente, a depender do meio de comunicação, é tudo mais claro e certo, de um lado ou de outro.

Um aspecto contínuo é o foco no conflito. Pouquíssimas foram as manchetes que escaparam do factual conflito para se debruçar sobre seu aspecto político e motivações. Hoje também, o “ar” de conflito infinito perdura, sem se dar espaço suficiente à discussão da causa do conflito em si, ou até sobre a nomenclatura utilizada: conflito, guerra ou genocídio? há um conflito, talvez guerras (com outros estados árabes), e há com certeza um genocídio. Silenciado por não ser digno de atenção – já que é praticado contra o incivilizado – mas mesmo assim genocídio.

Seja assumidamente liberal ou conservador, os jornais não mudam drasticamente de discurso. A narrativa bíblica e moderna é apropriada e reproduzida por todos, os ditos neutros ou “factuals” de formas mais sutis; como escolha de palavras associadas ou manchetes escolhidas para estampar a página principal. Mas ambos são orientalistas e servem bem o objetivo sionista de demonstração de poder, intelecto, técnica e superioridade, conquistando a opinião pública pelo seu aspecto civilizatório e moralmente superior.

Fontes

- Athayde, Austregésilo de. *A justiça do mundo. Diário de Pernambuco*, ed. 00289, 10 dez. 1947, p. 4.
- Correio da Manhã (RJ). ed. 16919, 16 mai. 1948, p. 1.
- Diário da Noite (RJ). Nasser, David. *Os árabes no muro das lamentações*. ed. 04526, 18 fev. 1948, p. 9.
- Diário da Noite (RJ). Nasser, David. ed. 04527, 19 fev. 1948, p. 12.
- Diário da Noite (SP). ed. 07056, 3 dez. 1947, p. 1.
- Diário da Noite (SP). ed. 07176, 27 abr. 1948, p. 1.
- Diário da Noite (SP). ed. 07176, 27 abr. 1948, p. 10.
- Diário da Noite (SP). ed. 07182, 5 mai. 1948, p. 1.
- Diário da Noite (SP). ed. 07190, 14 mai. 1948, p. 1.
- Diário de Pernambuco. ed. 00039, 11 fev. 1948, p. 1.
- Diário de Pernambuco. ed. 00040, 18 fev. 1948, p. 1.
- Diário de Pernambuco. Marroquim, Murilo. *Exaltação nacionalista entre os povos árabes*. ed. 00040, 18 fev. 1948, p. 2.
- Diário de Pernambuco. Marroquim, Murilo. *Lar judaico na Palestina*. ed. 00045, 24 fev. 1948, p. 1.
- Diário de Pernambuco. Wainer, Samuel. ed. 00072, 26 mar. 1948, p. 2.
- Diário de Pernambuco. Wainer, Samuel. *Apesar de tudo há otimismo no deserto*. ed. 00072, 26 mar. 1948, p. 10.
- Gomes, Alfredo. *Os judeus e a Palestina – parte I*. Correio Paulistano, ed. 28143, 3 jan. 1948, p. 4.
- Gomes, Alfredo. *Os judeus e a Palestina – parte II*. Correio Paulistano, ed. 28146, 7 jan. 1948, p. 4.
- Gomes, Alfredo. *Os judeus e a Palestina – parte III*. Correio Paulistano, ed. 28149, 10 jan. 1948, p. 4.
- Lacerda, Carlos. *O Brasil devia abster-se*. Correio da Manhã (RJ), ed. 16318, 14 jan. 1948, p. 2.
- Lacerda, Carlos. *Traição à paz*. Correio da Manhã (RJ), ed. 16919, p. 2.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.
- CALFAT, Natalia Nahas Carneiro Maia. 2024. “O Oriente Médio é aqui: o Brasil entre o sionismo cristão e a solidariedade Sul-Sul”. *CEBRI Revista*, Ano 3, n.10, p. 42-62 abr./jun. 2024.
- CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. *O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antisemitismo, voto majoritário ou promotor de paz*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.33, n.2, p. 150-188, 2014.
- GOMES, Aura Rejane. *A questão da Palestina e a fundação de Israel*. São Paulo, 2001.

KHALIDI, Rashid. *Palestina: um século de guerra e resistência (1917-2017)*. São Paulo: Todavia, 2024.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologias e possibilidades. *Escritas*, Londrina, v. 7, n. 1, p. 3-17, 2015.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

PAPPÉ, Ilan. *A bíblia a serviço do sionismo*. UCGBooks, 2022.

SAID, Edward W. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAND, Shlomo. *A invenção da terra de Israel: da terra santa à terra pátria*. Benvirá, 2014.

SCHIOCCHET, Leonardo. *Extremo Oriente Médio, admirável mundo novo: a construção do oriente médio e a primavera árabe*. *Revista tempo do mundo*. v.3, n.2, 2011.